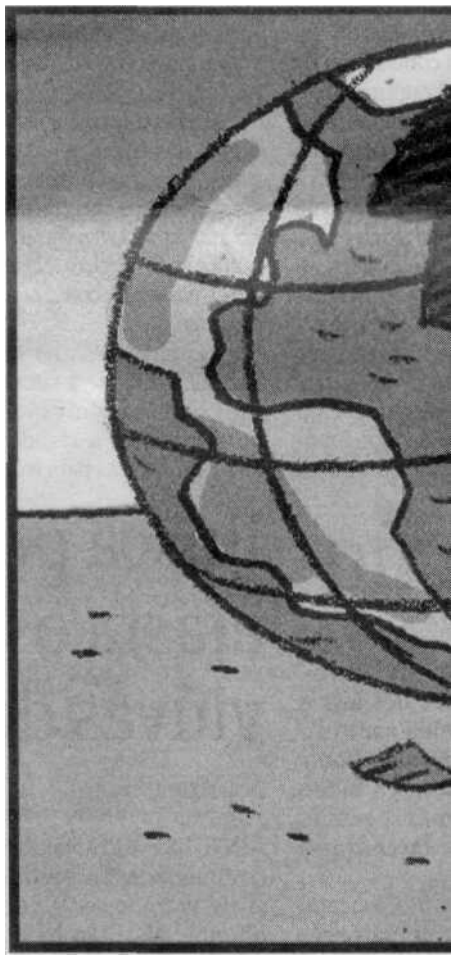
A guerra matará

"A fragilidade econômica nas principais economias do mundo é o maior empecilho."

Por *Brígitte Granville*



Existe hoje uma ampla percepção de que a ONU e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) sofreram danos, se não um colapso, ao não concordarem sobre o que fazer em relação ao Iraque. Será que essas rachaduras no sistema político internacional comprometeram a arquitetura da economia mundial, e com ela também a globalização?

Nunca foi fácil pactuar acordos econômicos internacionais. Obter um consenso entre os 145 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde uma dissenção pode provocar total desarticulação, era algo difícil mesmo antes de os governos em todo o mundo terem se dividido nos campos a favor e contra os EUA. Em verdade, acordos de comércio multilaterais estavam sendo eclipsados por acordos bilaterais, por exemplo entre a União Européia (UE) e diversos países em desenvolvimento, muito antes de surgirem as divergências em relação ao Iraque.

Evidentemente, o problema é mais profundo, e nem tudo que diz respeito à globalização sinaliza pessimismo. Os controles de imigração, por exemplo, foram afrouxados em diversos países europeus (especialmente na Alemanha) devido ao encolhimento da população e de deficiências educacionais. Mas momentos econômicos desfavoráveis dificilmente são ocasiões em que os governos defendem propostas econômicas internacionais ousadas.

A fragilidade econômica nas principais economias do mundo é o principal empecilho. Restam aos EUA e à UE poucas alavancas fiscais e monetárias para combater o desempenho precário. As taxas de juro de curto prazo nos EUA, atualmente 1,25%, estão em um mínimo recorde em 40 anos. O Congresso reduziu em US$ 100 bilhões o plano do governo Bush que pretendia cortar US$ 726 bilhões em impostos ao longo de dez anos, e o déficit orçamentário americano, com uma projeção de US$ 2 trilhões em dez anos aumentará com o crescimento dos custos da guerra contra o Iraque, tendo o presidente Bush submetido um pedido suplementar de US$ 80 bilhões (0,8% do PIB) para gastos militares extras neste ano.

Há um risco de que esses gastos absorvam recursos produtivos que poderiam ser empregados com maior eficiência com outras finalidades. Isso foi comprovado pelo rápido crescimento da produção e da rendas que se seguiram à chegada do denominado "dividendo de paz" produzido pelo fim da Guerra Fria. Além disso, outras nações (os países árabes, a Alemanha e o Japão) não cobrirão os custos militares americanos, como ocorreu na Guerra do Golfo de 1991. Estamos, agora, de volta à situação mais costumeira, em que a guerra é financiada por endividamento governamental, que onera gerações futuras, a menos que seja consumido por inflação.

Na zona do euro, a margem para estímulo fiscal (menores impostos e/ou maiores gastos públicos) era limitada, até que a guerra abriu um rombo no Pacto de Estabilidade, que limita os déficits orçamentários dos países membros em 3% do PIB. O limite agora será afrouxado devido às circunstâncias "excepcionais" decorrentes da guerra no Iraque —o que proporcionará ajuda, ironicamente, aos principais oponentes europeus à guerra —França e Alemanha. Mas o Banco Central Europeu continua relutante em afrouxar a política monetária.

No Japão, parece haver escassa esperança de que a segunda maior economia do mundo possa escapar sozinha de sua armadilha deflacionária criada pelos próprios japoneses, gerando a demanda necessária para contrabalançar a debilidade econômica em outras partes do mundo. Quatro anos de deflação e uma prolongada crise bancária oferecem poucas possibilidades de estímulo econômico. Altas no preço do petróleo e menor faturamento comercial agravam o problema.

Mas os altos preços do petróleo ameaçam a saúde da economia mundial inteira, que movimenta US$ 45 trilhões. Os preços do petróleo flertaram com seus mais altos níveis desde a Guerra do Golfo e subirão ainda mais se a infra-estrutura petrolífera iraquiana (ou dos países vizinhos) for danificada. As conseqüências adversas ao crescimento se-

a globalização?

rão sentidas em toda parte, mas em nenhum país, possivelmente, com maior impacto do que na Coréia do Sul e China, fortemente dependentes de importações de energia. Embora a taxa oficial de crescimento da China tenha atingido 8% em 2002, seu elevado déficit orçamentário e grande estoque de empréstimos podres (cerca de 40% do PIB) significam que a economia chinesa não pode sofrer qualquer desaceleração, se quiser manter sua população empregada, especialmente nas áreas rurais.

Algumas economias pobres serão abaladas diretamente pela perda do mercado iraquiano, que absorve aproximadamente 40% do chá e 20% do arroz exportados pelo Vietnã. Para outros países, o desaquecimento nas grandes economias mundiais poder ser agravado por riscos políticos.

Estamos de volta à situação em que a guerra é financiada por endividamento governamental, que onera as gerações futuras

A Turquia foi afetada negativamente pela ascenção dos preços do petróleo, queda nas receitas do turismo (sua segunda maior fonte de moeda forte) e declínio no investimento estrangeiro. Agora, o morno apoio do governo de Erdogan à política americana para o Iraque expõe a Turquia a dúvidas sobre o compromisso dos EUA em relação ao bem-estar econômico dos turcos, e os mercados mundiais poderão questionar a capacidade da Turquia de honrar o serviço da dívida de seu setor público — de US$ 100 bilhões —, em 2003 e 2004.

Talvez saibamos se a cooperação multilateral poderá ser retomada e reconciliada com a guerra americana contra o terrorismo e a disseminação de armas de destruição em massa, quando chegar o momento da reconstrução do Iraque. Uma vez que os custos para derrubar Saddam Hussein e ocupar o Iraque provavelmente ficarão numa faixa de US$ 100 bilhões a US$ 600 bilhões ao longo da próxima década, os EUA desejarão "internacionalizar" a reconstrução do Iraque. As receitas petrolíferas anuais do Iraque—de US$ 20 bilhões —, não conseguirão cobrir tais custos. Na realidade, essas receitas mal cobrirão os custos para reconstruir a infra-estrutura básica do país, alimentar e providenciar moradia a populações deslocadas, e pagar a administração civil do país.

Depois da expulsão do Taleban, no ano passado, os US$ 4,5 bilhões de ajuda à reconstrução prometida ao novo governo do Afeganistão demonstraram ser possível uma abordagem multilateral à reconstrução. Mas a atmosfera envenenada que se seguiu aos debates na ONU sobre o fraque poderá impedir que os EUA consigam o que pretendam nesse aspecto. Desde já, o presidente francês, Jacques Chirac, prometeu vetar qualquer resolução do Conselho de Segurança sobre a reconstrução que procure justificar a guerra. Para que a economia mundial consiga se recuperar, os insucessos diplomáticos e as acusações mútuas precisam terminar.

Brigitte Granville é diretora do Programa de Economia Internacional do Instituto Real para Assuntos Internacionais, de Londres.